

Atendimento ameaçado

Gilmara Costa
DA EQUIPE JC

Os hospitais Cirurgia e Santa Isabel estão na iminência de fechar as suas portas ao atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde por conta do não repasse pela municipalidade dos recursos necessários para o custeio dos serviços. Os débitos do município de Aracaju em relação às duas unidades já ultrapassam o montante de R\$ 14 milhões. O assunto foi abordado em mais uma audiência pública realizada no Ministério do Estado de Sergipe que, em 2012, ajuizou ação civil pública requerendo, liminarmente, o repasse do valor de R\$ 16 mi de verbas do Fundo Municipal de Saúde devidas pelo Fundo Estadual. Enquanto o município aponta não ter dinheiro para o pagamento da dívida e cobra o repasse do estado, este destaca a existência de débitos daquele com a rede de urgência estadual.

Em decisão datada de 1º de novembro, prolatada pelo desembargador Roberto Eugênio da Fonseca, a decisão de primeiro grau favorável ao pagamento de valores ao município foi suspensa diante do entendimento do desembargador pela ausência de documentos probantes associadas às declarações da secretária de Estado da Saúde, Joélia Ramos, a uma emissora de rádio sobre a existência da dívida.

Ainda como justificativa para não o repasse ao município, a Secretaria de Estado da Saúde destaca a existência de débitos na ordem de R\$ 5 mi referentes à rede de urgência, leitos do Hospital de Sergipe (Huse) e da Maternidade Nossa Senhora de Lourdes. “É necessário que haja o encontro de contas para que a secretária não responda por improbidade administrativa. O município tem esse débito e é preciso o encontro de

contas”, declarou a assessora jurídica da SES, Ayse Priscila Santos Viana.

Ao final da audiência, as planilhas que corporificam os valores apontados pelos hospitais Cirurgia e Santa Isabel, atestando os débitos, foram anexados ao termo de audiência, sendo entregues cópias aos representantes das unidades hospitalares e também do poder público para ciência e adoção das providências cabíveis.

O município de Aracaju aguarda a publicação de portaria pelo Ministério da Saúde (MS) para a destinação de R\$ 78 mil para o custeio do tratamento dos pacientes psiquiátricos dos 14 leitos A/D no Hospital São José. Esta foi a informação constante em outra audiência realizada também ontem, 16, no Ministério Público do Estado de Sergipe (MPE) na presença de representantes do município e da unidade hospitalar.

Desde agosto deste ano, com inauguração da nova ala com 14 leitos de Serviço Hospitalar de Referência em Saúde Mental (SHREM), o Hospital São José tem arcado exclusivamente com o custo no tratamento de pacientes, estando no aguardo da publicação da portaria do MS, a qual além de reconhecer a existência do serviço, irá estipular o valor a ser pago.

O valor contratual de R\$ 78 mil corresponde à estimativa de despesas correspondentes a uma série histórica de gastos apurada pelos prestadores privados, os quais anuíram a fixação, para com atendimento de 14 leitos por mês.

Ainda que sem a contrapartida da municipalidade para o custeio do tratamento a pacientes psiquiátricos, desde a implantação do serviço não foi registrada qualquer tipo de interrupção ou negativa de atendimento, conforme foi abordado durante a audiência.